

JUVENTUDE, EDUCAÇÃO E TRABALHO:  
ENTRE SONHOS E REALIDADES

## ***Conselho Editorial***

### *Série Letra Capital Acadêmica*

Ana Elizabeth Lole dos Santos (PUC-Rio)  
Beatriz Anselmo Olinto (Unicentro-PR)  
Carlos Roberto dos Anjos Candeiro (UFTM)  
Claudio Cezar Henriques (UERJ)  
Ezilda Maciel da Silva (UNIFESSPA)  
João Luiz Pereira Domingues (UFF)  
João Medeiros Filho (UCL)  
Leonardo Agostini Fernandes (PUC-Rio)  
Leonardo Santana da Silva (UFRJ)  
Lina Boff (PUC-Rio)  
Luciana Marino do Nascimento (UFRJ)  
Maria Luiza Bustamante Pereira de Sá (UERJ)  
Michela Rosa di Candia (UFRJ)  
Olavo Luppi Silva (UFABC)  
Orlando Alves dos Santos Junior (UFRJ)  
Pierre Alves Costa (Unicentro-PR)  
Rafael Soares Gonçalves (PUC-RIO)  
Robert Segal (UFRJ)  
Roberto Acízelo Quelhas de Souza (UERJ)  
Sandro Ornellas (UFBA)  
Sergio Azevedo (UENF)  
Sérgio Tadeu Gonçalves Muniz (UTFPR)  
Waldecir Gonzaga (PUC-Rio)

*Maria Alice Nunes Costa*  
*Ana Carla Pinheiro*  
(Orgs.)

JUVENTUDE, EDUCAÇÃO E TRABALHO:  
ENTRE SONHOS E REALIDADES

LETRAPITAL



A morte brinca com balas nos dedos gatilhos dos meninos. Dorvi se lembrou do combinado, o juramento feito em voz uníssona, gritado sob o pipocar dos tiros: “A gente combinamos de não morrer!”

*Conceição Evaristo*

Escrevo a miséria e a vida infausta dos favelados. Eu era revoltada, não acreditava em ninguém. Odiava os políticos e os patrões, porque o meu sonho era escrever e o pobre não pode ter ideal nobre. Eu sabia que ia angariar inimigos, porque ninguém está habituado a esse tipo de literatura. Seja o que Deus quiser. Eu escrevi a realidade.

*Carolina Maria de Jesus*

As histórias importam. Muitas histórias importam. As histórias foram usadas para espoliar e caluniar, mas também podem ser usadas para empoderar e humanizar. Elas podem despedaçar a dignidade de um povo, mas também podem reparar essa dignidade despedaçada.

*Chimamanda Ngozi Adichie*

Educação não transforma o mundo. Educação muda pessoas. Pessoas transformam o mundo.

*Paulo Freire*

Copyright © Maria Alice Nunes Costa e Ana Carla Pinheiro, 2024

*Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei nº 9.610, de 19/02/1998.  
Nenhuma parte deste livro pode ser reproduzida ou transmitida, sejam quais forem os  
meios empregados, sem a autorização prévia e expressa do autor.*

EDITOR João Baptista Pinto

REVISÃO Danilo Tavares

CAPA Jenyfer Bonfim

PROJETO GRÁFICO/EDITORAÇÃO Luiz Guimarães

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO  
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

---

J98

Juventude, educação e trabalho : entre sonhos e realidades / organização Maria Alice  
Nunes Costa, Ana Carla Pinheiro. - 1. ed. - Rio de Janeiro : Letra Capital, 2024.  
232 p. ; 15,5x23 cm.

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5252-046-3

1. Educação de jovens e adultos - Brasil. 2. Educação - Aspectos sociais. 3. Política  
educacional. I. Costa, Maria Alice Nunes. II. Pinheiro, Ana Carla

24-94446

CDD: 370.115

CDU: 37.014.5(81)



---

Gabriela Faray Ferreira Lopes - Bibliotecária - CRB-7/6643

LETRA CAPITAL EDITORA  
Tels.: (21) 3553-2236 / 2215-3781 / 99380-1465  
[www.letracapital.com.br](http://www.letracapital.com.br)

# Sumário

|   |     |
|---|-----|
| Apresentação .....  | 9   |
| Introdução .....  | 11  |
| Juventude e educação pública no Brasil:<br>desafios a serem enfrentados .....   | 11  |
| <i>Maria Alice Nunes Costa</i><br><i>Ana Carla de Oliveira Pinheiro</i>   |     |
| Parte 1 - Juventude, Educação e Trabalho .....  | 29  |
| 1. Juventude e o Novo Ensino Médio: os Programas<br>“Pé de Meia” e “Juros por Educação” .....   | 31  |
| <i>Maria Alice Nunes Costa e Ana Carla de Oliveira Pinheiro</i>   |     |
| 2. Ensino Médio integrado dos Institutos Federais:<br>conquistas, desafios e ameaças à política pública<br>de educação profissional .....   | 56  |
| <i>Yara Dias Fernandes</i>  |     |
| 3. Futuro em jogo: a luta de cidade Tiradentes para<br>a expansão dos Institutos Federais nos territórios<br>periféricos de São Paulo.....  | 73  |
| <i>Denilza Frade e Christian Tadeu Giloti</i>   |     |
| 4. Visão docente e discente sobre o itinerário<br>empreendedorismo.....   | 85  |
| <i>Aline da Costa Silva e Carlos Eduardo Vianna Afonso</i>  |     |
| Parte 2 - Juventude Caminhando em Espaços e Territórios... 101  |     |
| 5. A integração da cultura local nas escolas como<br>alavanca para o desenvolvimento de comunidades<br>sustentáveis .....   | 103 |
| <i>Ivan Pereira Quintana</i>  |     |
| 6. O Ensino Médio da Região Serrana Fluminense:<br>análises preliminares no Município de Petrópolis/RJ .....  | 113 |
| <i>Ana Carla de Oliveira Pinheiro, Maria Alice Nunes Costa,<br/>    Regina Serrão Lanzillotti, Bárbara Buarque de Macedo Lira,<br/>    Nathan Gomes e Sophia Ázara de Mello Luz</i> |     |

|  |            |
|--|------------|
| 7. A urbe e o lúdico: a ocupação do espaço urbano pelas atividades físicas .....   | 129        |
| <i>Leandro de Araujo Costa</i>   |            |
| 8. Atores e redes de cooperação para o enfrentamento de problemas públicos na cidade: resultados preliminares do projeto cartografia do ecossistema de inovação social de Petrópolis ..... | 148        |
| <i>Gustavo Costa e Carla Magno</i>   |            |
| <b>Parte 3. Juventude e Gestão de Riscos.....</b>  | <b>161</b> |
| 9. O depoimento especial de crianças e adolescentes vítimas de violência no Tribunal de Justiça do estado do Rio de Janeiro .....  | 163        |
| <i>Michele Cristine da Silva Guedes Braga</i>  |            |
| 10. Adolescências (im)possibilitadas pela vulnerabilidade programática.....  | 182        |
| <i>Lorena Nascimento Ribeiro e Isael de Jesus Sen</i>  |            |
| 11. Políticas públicas para jovens em Foz do Iguaçu: a percepção dos gestores .....  | 194        |
| <i>Eloiza Dal Pozzo, Maria Alejandra Nicolás e Henrique Coelho Kawamura</i>  |            |
| 12. Por uma abordagem cindínica no currículo de geografia.....   | 211        |
| <i>Cheles Batista Martins</i>  |            |
| <b>Sobre os Autores.....</b>   | <b>222</b> |
| <b>Índice Remissivo.....</b>   | <b>226</b> |

## APRESENTAÇÃO

Este livro é fruto do encontro de dois eventos significativos e interrelacionados, cada um contribuindo para o fortalecimento da discussão sobre políticas públicas estruturantes no Brasil. O debate foi iniciado com a publicação do livro *Políticas Públicas Estruturantes para o Brasil do Século XXI*, lançado pelo Laboratório de Políticas Públicas, Governança e Desenvolvimento Regional (LADER) da Universidade Federal Fluminense em dezembro de 2023. A repercussão positiva desse primeiro livro e a necessidade de aprofundar as discussões em torno das políticas públicas motivaram a realização do “Colóquio Políticas Públicas Estruturantes para o Brasil do Século XXI”<sup>1</sup>, realizado no Laboratório Nacional de Computação Científica (LNCC), em Petrópolis, no período de 29 a 31 de agosto de 2024, com o apoio da FAPERJ.

A partir das reflexões apresentadas no Colóquio, a Comissão Organizadora e o Conselho Científico decidiram que, para além da publicação dos Anais, era importante organizar um livro que ampliasse as discussões e oferecesse uma análise mais aprofundada sobre o tema da educação. Assim, *Juventude, Educação e Trabalho: Entre Sonhos e Realidades* foi organizado com base em três razões. Primeiramente, o elevado número de trabalhos submetidos ao Grupo de Trabalho (GT) “Juventude e Educação” do Colóquio, sinalizando um crescente interesse acadêmico e social pelo tema. Uma segunda razão diz respeito à atual pesquisa, conduzida, desde 2023, pelo LADER, com apoio do CNPq e da FAPERJ, intitulada “Os desafios dos jovens do Ensino Médio da rede pública de ensino da Região Serrana Fluminense”. E, finalmente, a terceira razão refere-se à necessidade de conclamarmos a sinergia entre Estado e a sociedade civil na formulação, implementação e avaliação de políticas públicas estruturantes que atendam às demandas por uma educação pública de qualidade

---

<sup>1</sup> Canal LADER do YouTube, onde poderá encontrar partes do Colóquio realizado: <https://www.youtube.com/c/Laborat%C3%B3riosocialLADER>; [https://www.youtube.com/watch?v=QQM7d4Ux\\_Lk](https://www.youtube.com/watch?v=QQM7d4Ux_Lk); <https://www.youtube.com/watch?v=5qRur1rP-z4&t=1795s>

aos jovens, em particular os do Ensino Médio, tendo em vista a importância de qualificarmos os talentos da juventude à luz do envelhecimento demográfico do país.

Este livro é composto por 12 capítulos, sendo três deles de autoria das organizadoras da obra. O capítulo introdutório explora os principais desafios enfrentados pela juventude no contexto da educação brasileira. O primeiro capítulo apresenta uma análise dos programas “Pé de Meia” e “Juros por Educação,” enquanto o sexto capítulo traz resultados preliminares sobre a pesquisa sobre a juventude da Região Serrana Fluminense, em particular no município de Petrópolis, elaborado juntamente com bolsistas de Iniciação Científica.

Os capítulos seguintes reúnem contribuições valiosas de pesquisadores de diversas regiões e instituições brasileiras que participaram dos Grupos de Trabalho “Educação e Juventude” e “Direito à Cidade” durante o colóquio, oferecendo uma visão abrangente e diversificada das discussões e propostas levantadas.

Com análises criteriosas, estudos de caso relevantes e propostas inovadoras, este livro não apenas diagnostica as questões enfrentadas pelos jovens, mas também sugere caminhos concretos para o desenvolvimento de políticas públicas que sejam verdadeiramente estruturantes, inclusivas e eficazes.

Esperamos que os leitores – sejam pesquisadores, estudantes ou gestores de políticas públicas – encontrem neste livro uma fonte rica de conhecimento e inspiração para enfrentar os complexos desafios que envolvem a juventude e a educação no Brasil.

Convidamos os leitores a refletirem e agirem, promovendo o desenvolvimento de políticas públicas estruturantes que sejam capazes de gerar mudanças duradouras e sustentáveis. Desejamos que as ideias e discussões aqui apresentadas fomentem novas pesquisas, incentivem diálogos construtivos e resultem em ações concretas que contribuam para um futuro mais justo e democrático, especialmente para os jovens, que são o alicerce do futuro do nosso país.

*Maria Alice Nunes Costa  
Ana Carla de Oliveira Pinheiro*

## INTRODUÇÃO

# Juventude e educação pública no Brasil: desafios a serem enfrentados

*Maria Alice Nunes Costa*

*Ana Carla de Oliveira Pinheiro*

### Introdução

Este capítulo introdutório ao livro *Juventude, Educação, Trabalho: Entre Sonhos e Realidades* aborda a complexa relação entre desigualdades socioeconômicas e culturais, evasão escolar e as perspectivas de desenvolvimento dos jovens no Ensino Médio brasileiro. Iniciamos nossa análise com uma reflexão sobre as desigualdades socioeconômicas, que se manifestam na distribuição desigual de recursos e oportunidades. Essas desigualdades não apenas limitam o acesso dos jovens a uma educação de qualidade, mas também perpetuam ciclos de pobreza e marginalização, afetando de maneira profunda as suas trajetórias educacionais e sociais.

Na sequência, discutimos a problemática da evasão escolar como “desfiliação escolar”, o conceito que amplia a compreensão tradicional do abandono dos estudos ao considerar a desconexão progressiva dos estudantes com a instituição educacional. Baseando-se no trabalho de Robert Castel, o capítulo explora como essa desfiliação resulta da perda de vínculos sociais e institucionais, agravada por condições socioeconômicas adversas e a falta de apoio escolar adequado. Essa abordagem nos permite compreender a evasão escolar não apenas como uma consequência de escolhas individuais, mas como um fenômeno social que exige intervenções políticas abrangentes e integradas.

Por fim, analisamos o conceito de “estar” e “devir” do jovem no Ensino Médio, destacando a importância de entender essas dimensões no contexto do desenvolvimento juvenil. O “estar” representa a condição atual dos jovens, incluindo suas experiências

e desafios imediatos, enquanto o “devir” reflete suas aspirações e o potencial de transformação contínua em resposta às mudanças sociais e econômicas. A compreensão desses conceitos é fundamental para a formulação de políticas públicas que promovam um ambiente educacional inclusivo e propício ao desenvolvimento integral dos jovens, oferecendo suporte tanto para o presente quanto para o futuro.

Ao longo do capítulo, argumentamos que a superação dos desafios enfrentados pelos jovens no Ensino Médio público brasileiro requer uma abordagem integrada, que considere as múltiplas dimensões das desigualdades e promova um sistema educacional mais justo e inclusivo.

## 1. O Ponto de partida: as desigualdades socioeconômicas e culturais

As desigualdades socioeconômicas se expressam nas disparidades da distribuição de bens, oportunidades e condições de vida entre diferentes grupos sociais, causadas sobretudo pela concentração da renda produzida por um modelo econômico pautado na espoliação e apropriação desigual dos recursos socialmente produzidos, sendo facetas desse fenômeno as hierarquias de raça e de gênero. Elas trazem diversas consequências negativas para a sociedade, dentre as quais podemos destacar, prioritariamente: i) pobreza e miséria; ii) exclusão social ou inclusão subalterna; iii) violências; e iv) instabilidade política. Para o seu combate são requeridas políticas públicas estruturantes e eficazes que intervenham em sua dinâmica de reprodução, devendo ser acompanhadas de investimentos em áreas estratégicas, tais como educação, trabalho e renda.

Por seu turno, as desigualdades culturais referem-se às diferenças de acesso, oportunidades e valorização das diversas manifestações culturais dentro de uma sociedade. Elas são verificadas por meio do acesso desigual a bens culturais, valorização de determinada cultura em detrimento de outra e na desigualdade de acesso aos equipamentos culturais. É um fenômeno causado pela desigualdade social e econômica bem como pelas hierar-

quias políticas, raciais e de gênero que estruturam as relações no interior de uma sociedade, trazendo como consequência a perda e/ou menosprezo pela diversidade cultural que pode reverberar em exclusão e conflitos sociais. Para combatê-las são necessárias políticas públicas que fomentem a diversidade e a interculturalidade ao mesmo tempo em que combatam as discriminações em suas diversas expressões. Todos esses elementos articulados a uma concepção descentralizada de cultura produzida a partir da crítica à influência e condicionamentos oriundos da indústria cultural e das mídias sociais que nos assolam.

Com uma sociedade marcadamente hierárquica e elitista, as desigualdades historicamente constituídas produziram marcas indelévels em nossa trajetória social. Há tempos a intelectualidade brasileira se debruça sobre o fenômeno a fim de entender e enfrentar a questão. No entanto, o desafio persiste sobretudo no fato de não avançarmos na prática em direção à mitigação do problema, posto que teoricamente já temos interpretações bastante refinadas.

Pensar a noção de desigualdade implica relacioná-la ao conceito de estratificação social, que é um processo através do qual vantagens e recursos, tais como riqueza, poder e prestígio são distribuídos sistemática e desigualmente nas sociedades (Johnson, 1997). Conceitualmente, a desigualdade diz respeito à distribuição desigual de recursos. A outra face da desigualdade é a enorme concentração da riqueza nas mãos de poucos, em particular no Brasil. A desigualdade socioeconômica e a pobreza são retroalimentadas pela concentração de renda.

Ao falarmos de desigualdades socioeconômicas, estamos nos referindo a uma situação assimétrica que envolve falta de acesso a recursos essenciais como renda básica, moradia adequada, saneamento básico e emprego digno que garantam a vida e a cidadania dos indivíduos. Intrinsecamente relacionadas à desigualdade educacional e cultural estão os obstáculos que impedem o acesso igualitário e efetivo à educação de qualidade, bem como o acesso diferencial – ou a falta de acesso – de determinados segmentos sociais a bens e serviços educacionais e culturais que primem pela valorização de sua identidade e expressão cultural.

De acordo com Menezes Filho e Kischbaum (2015), o Brasil é notório por sua alta desigualdade social e baixo desempenho em termos educacionais. Os estudos sobre estratificação educacional no país apontam que houve expansão no sistema educacional sem, no entanto, haver necessariamente mudança na associação entre origem social e alcance educacional. Conforme os autores, o padrão de expansão do sistema educacional não transformou significativamente os parâmetros históricos de estratificação social no país (p. 109). Constatções nos permitem argumentar que, embora tenha havido um aumento no número de matrículas, isso não implicou necessariamente na qualidade das políticas educacionais.

As desigualdades socioeconômicas e culturais desempenham um papel central na evasão escolar no Brasil, perpetuando um ciclo de exclusão e marginalização de jovens de contextos mais vulneráveis. Em territórios periféricos e menos favorecidos, a precariedade das infraestruturas escolares, a insuficiência de professores qualificados e o acesso limitado a materiais didáticos e tecnologias educacionais criam obstáculos significativos ao aprendizado. Consequentemente, a evasão escolar torna-se não apenas um reflexo das desigualdades existentes, mas também um mecanismo de sua reprodução, exigindo intervenções políticas que promovam equidade, inclusão e valorização da diversidade no sistema educacional.

## 2. Evasão Escolar ou Desfiliação Escolar?

A evasão escolar é um problema crítico no sistema educacional brasileiro, afetando diretamente o desenvolvimento social e econômico do país. Diversos autores têm abordado esse tema sob diferentes perspectivas, oferecendo uma visão abrangente sobre os fatores que contribuem para o abandono escolar e as possíveis soluções para mitigar esse problema. A seguir, apresentamos algumas vertentes analíticas nacionais e internacionais sobre os fenômenos que geram a evasão e do abandono escolar.

A evasão escolar é um problema multifacetado que afeta sistemas educacionais em todo o mundo, com consequências significativas para os indivíduos e a sociedade. Nos Estados Unidos,

Russell W. Rumberger é um dos principais estudiosos do abandono escolar. Em seu livro *Dropping Out: Why Students Drop Out of High School and What Can Be Done About It* (2011), ele identifica uma gama de fatores socioeconômicos e institucionais que contribuem para a evasão escolar. O autor argumenta que a combinação de pobreza, instabilidade familiar, e falta de engajamento escolar são os principais motores do abandono escolar. Rumberger também enfatiza a importância de intervenções precoces e políticas educacionais que possam fornecer suporte adicional para estudantes em risco.

Robert Balfanz, outro pesquisador norte-americano, tem focado seu trabalho em sistemas de “alerta precoce” (*Early Warning Systems*) e intervenções preventivas. Balfanz, em seus diversos artigos e relatórios, como “Graduating America: Meeting the Challenge of Low Graduation-Rate High Schools” (2007), destaca a importância de identificar sinais de risco em estudantes, como faltas frequentes e baixo desempenho acadêmico, e de implementar intervenções direcionadas para prevenir a evasão escolar. O autor argumenta que escolas e distritos escolares devem adotar uma abordagem proativa, utilizando dados para identificar e apoiar estudantes antes que abandonem a escola.

Gary Orfield, em sua obra *Dropouts in America: Confronting the Graduation Rate Crisis* (2004), aborda a evasão escolar a partir de uma perspectiva de desigualdade racial e socioeconômica. Orfield enfatiza que as taxas de abandono escolar são desproporcionalmente mais altas entre estudantes de minorias raciais e de baixa renda. Ele argumenta que essas desigualdades são reforçadas por políticas educacionais inadequadas e falta de recursos em escolas que atendem a populações vulneráveis. Também defende políticas de equidade educacional, incluindo maior financiamento para escolas em comunidades carentes e programas específicos para apoiar estudantes de minorias.

Na Inglaterra, Stephen Gorard, em *Education and Social Justice* (2000), explora a relação entre justiça social e educação, incluindo a evasão escolar. Gorard destaca que as disparidades socioeconômicas são um fator crucial na evasão escolar e que políticas educacionais devem ser orientadas para promover a justiça social. Ele sugere que a criação de um sistema educacional mais

inclusivo e equitativo pode ajudar a reduzir as taxas de abandono escolar, proporcionando aos estudantes de todas as origens socioeconômicas as mesmas oportunidades de sucesso.

Louise Archer, em *Urban Youth and Schooling* (2003), investiga como as identidades de classe e etnia influenciam a experiência educacional dos jovens urbanos, incluindo a evasão escolar. Archer argumenta que os jovens de minorias étnicas e de baixa renda frequentemente enfrentam barreiras adicionais na educação, como discriminação e falta de recursos. Ela sugere que as escolas devem adotar abordagens culturalmente responsivas e inclusivas para engajar todos os estudantes e reduzir as taxas de evasão escolar.

Ken Reid, em *Tackling Behaviour in Your Primary School* (2017), aborda a gestão do comportamento e a redução do absentismo e da evasão escolar nas escolas primárias e secundárias. Reid enfatiza a importância de criar um ambiente escolar positivo e de apoio, onde os estudantes se sintam valorizados e motivados a frequentar a escola. Ele sugere estratégias práticas para melhorar o comportamento dos estudantes e aumentar a sua participação escolar, prevenindo assim a evasão.

Na França, François Dubet, em *Les lycéens* (1991) e *L'École des chances: Qu'est-ce qu'une école juste?* (2004), realiza uma profunda análise sobre as desigualdades educacionais e as vivências dos estudantes. Dubet sustenta que o sistema educacional francês, ao perpetuar as desigualdades sociais, desempenha um papel significativo na ampliação da evasão escolar. O autor enfatiza a urgência de construir uma escola mais justa e inclusiva, onde todos os alunos tenham igualdade de oportunidades para alcançar o sucesso escolar, rompendo com as barreiras que historicamente limitam o progresso dos mais vulneráveis.

No Brasil, a evasão escolar é uma questão extremamente grave. De acordo com os dados fornecidos pela Pesquisa Nacional de Amostra por domicílio (Pnad, 2023), a parcela de crianças matriculada nas escolas começou a cair a partir de 2019. Daquele ano para 2022, o volume de alunos foi de 97,1% para 95,2%, refletindo, até então, os efeitos da pandemia de Covid-19. E o cenário é mais dramático quando se focaliza o Ensino Médio. De acordo com a mesma fonte, no ano de 2023, o número de

matrículas no Ensino Médio teve uma queda de 2,4% em relação ao ano anterior, registrando 7,7 milhões de matrículas. Esse cenário é agravado quando analisado conjuntamente com o dado de que 9 milhões de pessoas, entre 14 e 29 anos, não terminaram o Ensino Médio em 2023, segundo o IBGE (FGV, 2024).

Segundo o Censo escolar, em 2023, foram registradas 7,7 milhões de matrículas no Ensino Médio, com o indicativo de redução no total de matrículas de 2,4% no último ano (Censo, 2023). Por seu turno, de acordo com a Pnad Contínua – Educação (2023), levando-se em consideração o grupo de jovens de 14 a 29 anos do Brasil, 9,0 milhões não completaram o Ensino Médio, seja por terem abandonado a escola antes do término dessa etapa ou por nunca a terem frequentado. Desses, 58,1% eram homens e 41,9% eram mulheres.

Considerando-se cor ou raça, 27,4% eram brancos e 71,6% eram pretos ou pardos. O documento ainda aponta que, em relação a idade que os jovens de 14 a 29 anos deixaram a escola, é importante observar que os maiores percentuais de abandono a escola se deram nas faixas a partir dos 16 anos de idade (entre 16,0% e 21,1%). Destacando que o grande marco da mudança foi a idade de 15 anos que, em geral, é a idade de entrada no Ensino Médio. Nessa idade, o percentual de jovens que abandonaram a escola quase duplicou frente aos 14 anos de idade. Frente a 2019, o grupo que deixou de frequentar a escola com até 13 anos de idade foi o que apresentou maior redução de abandono escolar (2,3%). Por outro lado, o grupo que abandonou a escola com 18 anos registrou o principal aumento (5,4%) (Pnad, 2023).

Outro dado é a qualidade do ensino no Brasil. Os resultados mais recentes do PISA (Programa Internacional de Avaliação de Estudantes) de 2022, divulgados em 2023, revelam que o Brasil continua a enfrentar grandes desafios no desempenho educacional. Em matemática, os estudantes brasileiros de 15 anos obtiveram uma pontuação média de 379 pontos, bem abaixo da média dos países da OCDE, que é de 472 pontos. Em leitura, o desempenho médio foi de 410 pontos, comparado à média da OCDE de 476, enquanto em ciências a média foi de 403, contra 485 pontos nos países da OCDE. Esses dados mostram pouca evolução desde 2009, com oscilações mínimas nos resultados (OCDE, 2023).

A pandemia de covid-19 foi um fator que agravou ainda mais o cenário, com 74% dos estudantes brasileiros relatando que suas escolas permaneceram fechadas por mais de três meses, muito acima da média da OCDE de 51%. No entanto, a desigualdade socioeconômica também desempenha um papel importante, com estudantes de famílias mais abastadas apresentando um desempenho significativamente melhor do que os de famílias mais pobres.

Vários pesquisadores brasileiros destacam a importância dos fatores socioeconômicos e estruturais na evasão escolar. Segundo Fernandes (2007), fatores como a renda familiar, o nível de escolaridade dos pais e as condições de trabalho são determinantes cruciais para a permanência dos alunos na escola. Em famílias de baixa renda, é comum que os jovens precisem ingressar no mercado de trabalho prematuramente para ajudar no sustento familiar, resultando em abandono escolar. Fernandes enfatiza a necessidade de políticas públicas que ofereçam suporte financeiro, como bolsas de estudo e programas de auxílio, para reduzir a evasão escolar e promover a inclusão social.

Outro ponto significativo é o acesso a uma educação de qualidade para a retenção dos estudantes. Medeiros e Teixeira (2019) investigam essa relação, apontando que a infraestrutura escolar, a formação dos professores e o clima escolar são elementos determinantes. Escolas com boas condições físicas, professores bem formados e um ambiente acolhedor e seguro tendem a manter os alunos por mais tempo. As autoras sugerem que investimentos contínuos em qualidade escolar são essenciais para reduzir o abandono escolar, destacando a necessidade de melhorias constantes na infraestrutura e na qualificação dos profissionais da educação.

As disparidades regionais também influenciam as taxas de evasão escolar no Brasil. Medeiros e Oliveira (2014) exploram como as diferenças econômicas e culturais entre as regiões afetam a taxa de abandono, observando que regiões mais pobres e menos desenvolvidas economicamente apresentam maiores taxas de evasão escolar. Os autores sugerem que, sem a atuação de mecanismos capazes de reduzir radicalmente o peso da origem social na educação dos jovens, não é de se esperar uma redução das desigualdades regionais em educação.

No contexto urbano, Monteiro e Arruda (2011) investigam como a violência e a insegurança nas áreas metropolitanas, especificamente na Região Metropolitana de Fortaleza, contribuem para o abandono escolar. Eles sugerem que políticas de segurança pública e melhorias no ambiente escolar são essenciais para enfrentar esses desafios. A violência e a falta de segurança nas escolas e em suas proximidades criam um ambiente hostil que desestimula a frequência dos alunos, resultando em altas taxas de evasão escolar. Os autores defendem a implementação de políticas integradas que não apenas melhorem a segurança nas áreas urbanas, mas também promovam a qualidade de vida, criando condições mais favoráveis para a permanência dos estudantes na escola.

No caso de estudantes com deficiências, Silva e Dore (2014) analisam como a falta de infraestrutura adequada e a ausência de recursos especializados nas escolas podem contribuir para a evasão escolar dos estudantes. As autoras defendem a importância de uma educação inclusiva e equitativa, argumentando que a inclusão de alunos com deficiência é fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Enfatizam a necessidade de capacitação contínua para os professores e de investimentos em infraestrutura, recursos materiais e tecnológicos adequados nas escolas para atender às necessidades específicas desses estudantes, prevenindo, assim, a evasão escolar entre esses grupos vulneráveis.

A evasão escolar, fenômeno caracterizado pelo abandono precoce dos estudos, é uma questão crítica no sistema educacional brasileiro. Contudo, não é apenas um problema individual, mas, sobretudo, social e econômico. Estudantes que abandonam a escola têm menos chances de conseguir empregos formalizados e bem remunerados, perpetuando o ciclo de pobreza e aumentando as disparidades sociais.

Para compreendermos a amplitude dos aspectos que envolvem a evasão escolar, recorreremos ao conceito de desfiliação desenvolvido por Robert Castel (1998). O autor introduz esse conceito como a perda progressiva de vínculos sociais que são fundamentais para a integração dos indivíduos na sociedade, podendo levá-los à exclusão social completa.

Segundo Castel, a desfiliação é um fenômeno dinâmico e multifacetado que se manifesta através de várias dimensões da vida social, incluindo o trabalho, a família e a participação em comunidades locais. Em *As Metamorfoses da Questão Social* (1998), o autor detalha como as transformações nas estruturas econômicas e sociais modernas criaram novas formas de vulnerabilidade e precariedade, resultando na marginalização de certos grupos.

Para Castel, a desfiliação é um processo gradual que começa com a fragilização dos vínculos sociais. Inicialmente, indivíduos podem experimentar a precariedade no emprego, em que a estabilidade laboral é substituída por contratos temporários e empregos informais. Esse estágio pode levar à perda de status e de identidade profissional, enfraquecendo os laços com a comunidade de trabalho. Em última instância, a contínua instabilidade pode resultar em desemprego prolongado, afetando negativamente a autoestima e a percepção da capacidade social do indivíduo (Castel, 1998).

A desfiliação também se manifesta na esfera familiar e comunitária. Os vínculos familiares e as redes de apoio comunitário são fundamentais para a integração social. No entanto, quando as famílias enfrentam dificuldades econômicas e sociais, esses vínculos podem ser severamente enfraquecidos. A perda de emprego, por exemplo, pode gerar tensões e rupturas nas relações familiares, aumentando o risco de isolamento social. O autor enfatiza que, sem redes de apoio sólidas, os indivíduos ficam mais vulneráveis à exclusão e marginalização social (Castel, 2005).

Além disso, a desfiliação é intensificada pela retração das políticas de bem-estar social. Em *A Insegurança Social: o que é ser protegido?* (2005), Castel discute como as mudanças nas políticas públicas e a redução dos sistemas de proteção social agravam as condições de vulnerabilidade. A retirada de apoio estatal, combinada com a precariedade no mercado de trabalho, cria um ambiente onde os indivíduos têm menos recursos para enfrentar crises econômicas e sociais. Para o autor, a luta contra a desfiliação deve ser uma prioridade para qualquer sociedade que aspire à justiça social.

No artigo “Escola, jovens e mercado de trabalho: desfiliação institucional na Baixada Fluminense”, Rangel (2010) argumenta

que a desfiliação institucional não é um fenômeno isolado, mas sim um reflexo das condições socioeconômicas adversas enfrentadas por muitos jovens da Baixada Fluminense (Rio de Janeiro). A falta de recursos, infraestrutura inadequada e o desinteresse pelo currículo escolar são identificados como fatores que contribuem para a desfiliação. O autor destaca que as condições precárias de vida, associada à necessidade de ingressar precocemente no mercado de trabalho, para contribuir com a renda familiar, intensificam esse afastamento da escola.

Portanto, a desfiliação amplia a compreensão da evasão escolar ao descrever um processo gradual de desconexão dos estudantes com a escola e, em última análise, com a sociedade. Essa desconexão resulta não apenas em abandono escolar, mas também em exclusão social e vulnerabilidade.

No contexto escolar, a desfiliação começa com a falta de engajamento e interesse dos estudantes pela escola, frequentemente causada por condições socioeconômicas adversas, currículos pouco atraentes e falta de apoio emocional. Esse processo de desconexão é sutil, mas pode levar ao abandono escolar, em que os estudantes, já marginalizados, perdem uma das principais vias de proteção social e desenvolvimento pessoal.

A desfiliação do universo escolar tem consequências profundas para os estudantes. Quando abandonam a escola, esses jovens se encontram em uma posição de vulnerabilidade extrema, sem a formação necessária para competir no mercado de trabalho. Isso resulta em uma maior probabilidade de desemprego, subemprego e trabalho informal, perpetuando ciclos de pobreza e exclusão social.

Além das implicações econômicas, a desfiliação escolar impacta negativamente a saúde mental e emocional dos estudantes. A escola não é apenas um lugar de aprendizado acadêmico, mas também um ambiente de socialização onde os jovens desenvolvem habilidades sociais e constroem relacionamentos significativos. A ausência dessa estrutura pode levar ao isolamento, depressão e outras dificuldades emocionais. Quando os estudantes abandonam a escola, eles perdem acesso a esses recursos públicos de proteção social, exacerbando a sua vulnerabilidade e dificultando ainda mais a sua integração na sociedade.

Dessa forma, a análise de Robert Castel sobre a desfiliação ilumina a necessidade de compreendermos a evasão escolar não apenas como um abandono dos estudos, mas como um processo de desconexão social que exige uma resposta abrangente e integrada. Políticas públicas educacionais eficazes devem focar em prevenir a desfiliação, garantindo que todos os estudantes tenham as oportunidades e o suporte necessários para permanecerem engajados no universo escolar e, por extensão, na sociedade.

### 3. O Estar e o Devir do jovem no Ensino Médio

A juventude é uma fase de transição marcada por mudanças significativas no desenvolvimento físico, emocional e social dos indivíduos. Nesse contexto, os jovens do Ensino Médio encontram-se em um período crucial de suas vidas, no qual estão moldando suas identidades e tomando decisões que impactarão seu futuro. As oportunidades de escolha para o mercado de trabalho são amplamente influenciadas pelos conceitos de “estar” e “devir” que definem suas experiências presentes e suas aspirações futuras. Compreender essas dimensões é fundamental para desenvolver políticas públicas educacionais e sociais que promovam o desenvolvimento integral dos jovens.

O conceito de “estar” refere-se ao estado atual dos jovens, incluindo como eles se percebem e se posicionam no ambiente escolar e social. De acordo com Erik Erikson (1968), a adolescência é uma fase de busca por identidade na qual os jovens experimentam diferentes papéis e influências para estabelecer quem são. No Ensino Médio, essa busca se intensifica, pois os adolescentes são confrontados com expectativas educacionais, profissionais e sociais que moldam o seu senso de pertencimento. O “estar” no presente, portanto, influencia diretamente as escolhas e atitudes dos jovens em relação à educação e ao trabalho, impactando suas trajetórias futuras.

O “estar” dos jovens no mundo contemporâneo é caracterizado por uma constante adaptação às rápidas transformações sociais, culturais e tecnológicas. Em um ambiente globalizado, os jovens enfrentam novos desafios e oportunidades que exigem deles uma flexibilidade e resiliência consideráveis. Essa capaci-

dade de adaptação é crucial para aqueles que estão prestes a ingressar no mercado de trabalho, pois os prepara para lidar com incertezas e mudanças frequentes nas demandas e nas condições de emprego. Portanto, o “estar” envolve não apenas uma compreensão do presente, mas também uma preparação contínua para o que está por vir.

Em paralelo, o conceito de “devir” explora o processo de transformação contínua que caracteriza a trajetória dos jovens. O “devir” refere-se a um movimento em direção ao futuro que é incerto e cheio de potencialidades. De acordo com a filosofia de Gilles Deleuze e Félix Guattari (1987), o “devir” não é apenas uma projeção, mas também uma construção ativa de identidades e trajetórias, moldada pelas interações com o mundo ao redor e pelas escolhas que fazemos em resposta às circunstâncias e aspirações. Esse conceito desafia a ideia de identidades fixas, promovendo uma visão de identidade em constante mudança e adaptação.

Na perspectiva de Deleuze e Guattari, o “devir” é essencialmente um ato de resistência contra a rigidez das identidades predeterminadas e a normatividade social. Em vez de seguir caminhos rígidos e pré-definidos, os indivíduos são encorajados a explorar uma multiplicidade de modos de existência e a abraçar as infinitas possibilidades de transformação. Para os jovens, especialmente, essa abordagem permite uma maior liberdade para experimentar diferentes papéis e desenvolver habilidades diversas, que são fundamentais em um mundo de trabalho que valoriza a adaptabilidade e a capacidade de inovação.

O conceito de “devir” aplicado ao contexto dos jovens do Ensino Médio pode ser entendido como uma jornada contínua de autodescoberta e desenvolvimento. Nessa fase da vida, os jovens estão constantemente reavaliando suas crenças, valores e aspirações, influenciados por suas experiências educacionais e sociais. Em vez de buscar uma identidade fixa e imutável, os jovens se beneficiam de uma abordagem que lhes permite explorar e adaptar-se a diferentes papéis e desafios. Essa flexibilidade é essencial para navegar nas incertezas, onde a disposição para aprender e se reinventar é uma habilidade crucial.

O “estar” e o “dever” dos jovens influenciam diretamente suas oportunidades de escolha para o mercado de trabalho e/ou para a universidade e sua trajetória profissional. O “estar” determina o ponto de partida de cada jovem – sua situação educacional atual, suas habilidades desenvolvidas até o momento e seu contexto social e econômico. Já o “dever” se refere ao potencial de cada jovem para evoluir e se transformar, moldando suas aspirações futuras e as decisões de carreira que tomarão. Entender essa dualidade é fundamental para criar oportunidades que sejam ao mesmo tempo inclusivas e promissoras.

Para que as políticas públicas educacionais sejam eficazes, é necessário reconhecer a importância do “estar” e do “dever” na vida dos jovens. As escolas e outras instituições educativas devem oferecer um ambiente que apoie não apenas o desenvolvimento escolar imediato dos estudantes, mas também suas ambições futuras. Isso envolve proporcionar um espaço onde os jovens possam explorar suas paixões, desenvolver novas habilidades e se preparar para uma variedade de trajetórias possíveis. Ao fazer isso, as instituições ajudam a garantir que os jovens estejam melhor preparados para enfrentar os desafios do mercado de trabalho e realizar seu potencial completo.

Além disso, é fundamental que as políticas públicas sejam adaptadas para reconhecer a diversidade das experiências juvenis e oferecer suporte que atenda às necessidades específicas de cada grupo. Isso inclui programas de mentoria, formação continuada, acesso a recursos tecnológicos e apoio psicológico, que juntos podem criar um ambiente propício para o desenvolvimento integral dos jovens. A capacidade de se adaptar às mudanças e de buscar novas oportunidades deve ser uma habilidade cultivada desde cedo para que os jovens possam enfrentar a vida com autoconfiança.

No ambiente desafiador das escolas públicas, onde muitos enfrentam limitações como falta de recursos e condições inadequadas de ensino, bem como preconceitos raciais e todas as ordens, o “dever” torna-se um processo de luta por uma vida diferente e melhor. Políticas públicas no sistema educacional que favorecem esse “dever” são aquelas que não apenas reconhecem as limitações presentes, mas que também criam oportunidades para que os jovens se envolvam ativamente em sua própria transformação.

Compreender as dimensões do “estar” e do “dever” é essencial para promovermos uma visão mais ampla e inclusiva do desenvolvimento juvenil. Ao integrar esses conceitos na formulação de políticas públicas educacionais e sociais, podemos criar condições mais favoráveis para que os jovens explorem todo o seu potencial. Isso não apenas fortalece o vínculo dos jovens com o sistema educacional, mas também prepara uma geração inovadora e capaz de enfrentar as complexidades do mundo contemporâneo.

## Considerações finais

Ao longo deste capítulo, exploramos a interrelação entre as desigualdades socioeconômicas e culturais, a evasão ou desfiliação escolar, e o “estar” e “dever” dos jovens no Ensino Médio, destacando como esses fatores estão intrinsecamente conectados e influenciam a trajetória educacional e social dos jovens brasileiros.

Inicialmente, identificamos que as desigualdades socioeconômicas e culturais são o ponto de partida para a compreensão das disparidades no acesso à educação de qualidade e às oportunidades culturais. Essas desigualdades se refletem diretamente na falta de recursos básicos, no acesso desigual a bens culturais e na valorização de certas culturas em detrimento de outras, perpetuando um ciclo de exclusão e marginalização que afeta profundamente o engajamento dos jovens no ambiente escolar.

Em seguida, discutimos a questão da evasão escolar, que pode ser mais bem entendida como um processo de desfiliação escolar, conforme proposto por Robert Castel. Esse fenômeno vai além do simples abandono da escola, sendo um reflexo da perda progressiva de vínculos sociais e institucionais. A desfiliação escolar não apenas priva os jovens de uma educação formal, mas também os afasta de uma das principais vias de inclusão social, aumentando sua vulnerabilidade a situações de exclusão social e econômica.

Por fim, ao examinar o “estar” e o “dever” dos jovens no Ensino Médio, destacamos a importância de compreender esses conceitos como representações do presente e do potencial futuro

dos jovens. O “estar” representa a condição atual dos jovens, suas experiências e desafios imediatos, enquanto o “devir” reflete suas aspirações e a capacidade de moldar suas próprias trajetórias em um mundo em constante transformação. Essa dualidade é crucial para a formulação de políticas públicas que sejam verdadeiramente inclusivas e promotoras do desenvolvimento integral dos jovens.

Dessa forma, para enfrentar de forma eficiente a evasão escolar e promover a permanência dos jovens no sistema educacional, é necessário adotarmos uma abordagem integrada que considere as diversas dimensões das desigualdades e ofereça suporte abrangente aos estudantes. Políticas públicas eficazes devem investir em uma educação de qualidade, promover a diversidade cultural, fortalecer os vínculos sociais e institucionais, e apoiar os jovens em suas jornadas de autodescoberta e desenvolvimento contínuo. Somente dessa forma será possível transformar a realidade educacional brasileira, garantindo que todos os jovens tenham a oportunidade de alcançar o seu pleno potencial e contribuir para uma sociedade mais justa e democrática.

## Referências

ARCHER, Louise. **Urban Youth and Schooling**. Open University Press, 2003.

BALFANZ, Robert, et al. **Graduating America: Meeting the Challenge of Low Graduation-Rate High Schools**. Everyone Graduates Center, Johns Hopkins University, 2007.

CASTEL, R. **As Metamorfoses da Questão Social: Uma Crônica do Salário**. Tradução Iraci D. Poleti, Ed. Vozes, 1998.

\_\_\_\_\_. **A Insegurança Social: O Que é Ser Protegido? Petrópolis**: Vozes, 2005.

Censo Escolar da Educação Básica 2023 – Resumo Técnico (Versão Preliminar). INEP, Brasília, 2024. Disponível em: [https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas\\_e\\_indicadores/resumo\\_tecnico\\_censo\\_escolar\\_2023.pdf](https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_escolar_2023.pdf). Acesso em: 7 set.2024.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia*. v. 4. Rio de Janeiro: Editora 34, 1997.

DUBET, François. **L'École des chances: Qu'est-ce qu'une école juste?** Seuil, 2004.

DUBET, François. **Les lycéens**. Seuil, 1991.

FERNANDES, R. (2007). **Fatores Socioeconômicos e Evasão Escolar no Brasil**. In: Estudos de Economia e Sociedade.

FGV EBAPE. Pesquisa do IBGE revela que 9 milhões de pessoas entre 14 e 29 anos não terminaram o Ensino Médio. Ebape.fgv.br, 2024. Disponível em: <https://ebape.fgv.br/noticias/pesquisa-ibge-revela-que-9-milhoes-pessoas-entre-14-29-anos-nao-terminaram-ensino-medio#:~:text=04/04/2024>. Acesso em: 4 set. 2024.

GORARD, Stephen. **Education and Social Justice**. University of Wales Press, 2000.

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua - Educação (2023). Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102068\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102068_informativo.pdf). Acesso em: 7 set. 2024.

MEDEIROS, Clarisse Cordeiro; TEIXEIRA, Arilda. **A influência dos atributos da qualidade do ensino para a retenção de alunos de uma instituição de ensino federal**. *Revista Gest@o.Org*, v. 17, n. 1, p. 58-72, 2019. ISSN 1679-1827.

MEDEIROS, Marcelo; OLIVEIRA, Luís Felipe Batista de. **Desigualdades regionais em educação: potencial de convergência**. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 29, n. 2, p. 361-388, ago. 2014.

MENEZES FILHO, N.; KIRSCHBAUN, Charles. **Educação e desigualdades no Brasil**. In: Trajetórias das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos / Organização Marta Arretche. – 1. ed. – São Paulo: Editora Unesp; CEM, 2015.

MONTEIRO, Vitor Borges; ARRUDA, Elano Ferreira. **O impacto da violência urbana nos indicadores de evasão escolar na Região Metropolitana de Fortaleza**. *Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)*, 2011. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area3/area3-artigo19.pdf>. Acesso em: 4 set. 2024.

OECD (2023). *PISA 2022 Results - Brazil*. Disponível em: <https://gpseducacion.oecd.org>

ORFIELD, Gary (Ed.). **Dropouts in America: Confronting the Graduation Rate Crisis**. Harvard Education Press, 2004.

RANGEL, André da Silva. (2010). **Escola, jovens e mercado de trabalho: desfiliação institucional na Baixada Fluminense**. In: Ribeiro, Luiz Cesar de Queiroz, et al. **Desigualdades urbanas, desigualdades escolares**. Rio de Janeiro: Letra Capital. Observatório das Metrôpoles: IPPUR/UFRJ, p. 225-248.

REID, Ken. **Tackling Behaviour in Your Primary School**. Routledge, 2017.

RUMBERGER, Russell W. **Dropping Out: Why Students Drop Out of High School and What Can Be Done About It**. Harvard University Press, 2011.

SILVA, Izaura Maria de Andrade da; DORE, Rosemary. **A evasão de estudantes com deficiência na rede federal de educação profissional em Minas Gerais.** *Educação em Revista*, v. 30, n. 3, p. 213-237, 2014. DOI: <https://doi.org/10.5902/1984686X19152>.

VAN ZANTEN, Agnès. **L'École de la périphérie.** PUF, 2001.

**PARTE 1**

Juventude, Educação e Trabalho



# 1.

---

## Juventude e o Novo Ensino Médio: os Programas “Pé de Meia” e “Juros por Educação”

*Maria Alice Nunes Costa*  
*Ana Carla de Oliveira Pinheiro*

### Introdução

A juventude brasileira historicamente é percebida como um grupo social que, apesar de suas vulnerabilidades, carrega consigo o poder de influenciar e moldar o futuro do país. O debate sobre os direitos fundamentais dos adolescentes e jovens ganha relevância à medida que busca-se compreender como esses direitos são efetivamente garantidos e como as realidades enfrentadas por essa população se alinham (ou não) com as disposições legais e estatutárias existentes.

O Brasil possui um arcabouço legal extenso que visa garantir o direito à educação, como a Constituição Federal e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Essas leis e outras, na prática, se transformaram em letras mortas, sem a efetiva implementação das medidas necessárias para garantir o acesso à educação de qualidade para todos. Embora o Brasil tenha um conjunto de leis avançadas para a proteção dos direitos dos adolescentes e jovens, a distância entre a legislação e a realidade vivida por muitos jovens é enorme.

O Novo Ensino Médio no Brasil tem se tornado um campo de intensos debates, especialmente no que tange ao seu papel na preparação dos jovens para o futuro. Para além da qualidade do ensino, as discussões giram em torno de um dilema central: o Ensino Médio deve qualificar os estudantes para o mercado de trabalho ou direcioná-los para a entrada na universidade? Esse dilema se torna ainda mais relevante ao considerarmos os jovens de regiões periféricas,